PRIORIDADE NACIONAL

Fórum Nacional do Ensino Superior Particular se consolida como mais importante evento da educação privada e apresenta ao país modelos e propostas para que o ensino brasileiro esteja no rumo dos melhores do mundo em qualidade e em inclusão social

Gustavo Acioli (texto e fotos)

Já se foi o tempo em que o governo podia olhar para *a* iniciativa privada apenas como um corpo inconveniente que reclamava muito e que ainda por cima carregava a pecha de mercantilista. Hoje, a situação mudou. O setor de ensino superior particular não é definitivamente o mesmo mero coadjuvante de algumas décadas. Dez anos atrás, o segmento era pouco expressivo: alcançava no máximo 40% das matrículas. A situação se inverteu, das atuais 2.380 instituições de ensino superior apenas pouco mais de 20% são públicas. Agora não dá mais para pensar em educação superior sem considerar que está na mão da iniciativa privada o maior contingente de alunos.

O governo federal percebeu isso em parte. Um dos maiores programas de inclusão social do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o ProUni, jamais alcançaria os números divulgados sem a adesão do setor privado.

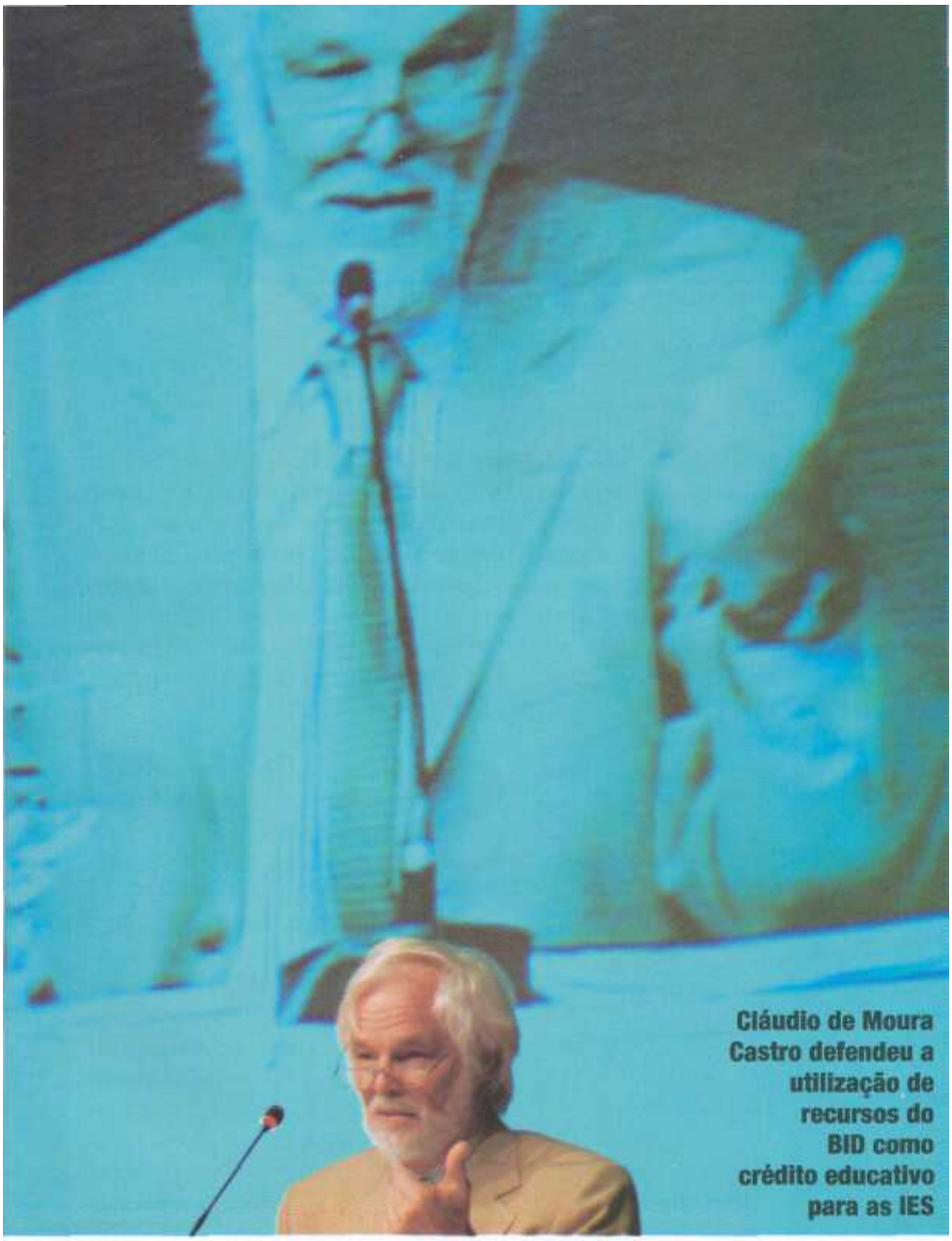
A realização do oitavo Fórum Nacional do Ensino Superior Particular Brasileiro (Fnesp), em São Paulo, durante os dias 19 e 20 de outubro, deixou claro que o segmento particular está preparado e quer colaborar com o desenvolvimento nacional. Também está pronto para sugerir políticas e medidas absolutamente aplicáveis que ajudem a alavancar a melhora dos índices educacionais brasileiros.

Mais de 350 pessoas participaram do oitavo Fnesp. Instituições de Ensino Superior do Amapá, Pará, Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina estiveram presentes para discutir os rumos da educação superior do país. Ou seja, boa parte dos educadores brasileiros, a exemplo de mantenedores de instituições de ensino superior, reitores, empresários, consultores educacionais, professores, especialistas internacionais, autoridades educacionais. De fato, a iniciativa privada exercendo sua maturidade e jogando as regras democráticas. Afinal, bom significado para fórum é conferência que envolve debate de um tema. Boa definição de Antônio Houaiss.

Logo na abertura do evento, o professor Hermes Figueiredo, presidente do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (Semesp), entidade promotora do fórum, estabeleceu o tom que se perpetuaria durante todo o Fnesp. Pediu: "É necessário que o país faça reformas profundas que destravem a vida das pessoas e das empresas". O professor Hermes deixou claro que o Brasil precisa e deve crescer o quanto antes, mas obrigatoriamente tem de se preparar de fato para isso. Hermes bateu na tecla de que o modelo atual não favorece o crescimento.

Por isso, ele insistiu no pedido de reformas. Mas "antes de se falar em reforma do ensino superior" é preciso cuidar das reformas da atual legislação política, da legislação trabalhista, da estrutura sindical e do sistema previdenciário, além das reformas tributária e do judiciário.

O presidente do Semesp não ficou apenas nas críticas, propôs uma refle-



Cláudio de Moura Castro defendeu a utilização de recursos do BID como crédito educativo para as IES

Pronunciamento da professora Nina Ranieri com observação atenta de Valdir Lanza e Alberto Sampaio

xão sobre como o país quer se ver daqui a alguns anos. "Se não planejarmos a nação do futuro, o futuro será o presente. Feito o projeto de nação que queremos, o ensino fundamental, o ensino médio, o ensino técnico e tecnológico, o ensino superior, a pós-graduação finalmente terão horizontes claros e definidos." Ainda na abertura do evento, reafirmou a idéia de que educação é uma ferramenta de mudança, e de que todo projeto bem-sucedido de desenvolvimento nacional obrigatoriamente passa por processos educacionais sólidos.

O professor também sugeriu "a extinção de todas as universidades federais, transformando-as em faculdades ou centros tecnológicos sem obrigatoriedade de pesquisa e extensão". Polêmica à parte. Segundo a idéia, haveria uma única e conceituada universidade nacional que gozaria de autonomia universitária, assegurada pela Constituição Federal, com alguns campi em determinadas unidades federativas. Simplificando, em vez de tantas e tantas universidades federais aparentemente independentes mas sem a conquista de fato da autonomia, por que não elas serem campi de uma única universidade nacional? Não é nada exagerado, o governo também sabe disso mas não compactua com a proposta.

Segundo Hermes, "haveria mais liberdade para o ensino, para a pesquisa e para a extensão. Os Estados poderiam complementar o sistema de educação superior e a rede particular seria disponibilizada "para o poder público por meio de convênios".

Ainda de acordo com o presidente do Semesp: "Esse modelo seria menos oneroso para a nação e mais eficaz, e tudo poderá ser feito sem o cerceamento ou castração dos direitos e vontades individuais, que estarão sempre assegurados num estado democrático de Direito".

O que o presidente defendeu, para bom entendedor, é o desejo de pôr fim ao cerceamento governamental, deixando tanto as instituições da iniciativa privada quanto as públicas mais livres e menos amarradas e dependen-

Das atuais 2.380 instituições de ensino superior, apenas pouco mais de 20% são instituições públicas

tes do governo. Figueiredo entende que o papel ideal para o Estado não é o de controlador-geral, mas o de parceiro como ocorre na maioria dos países desenvolvidos do mundo.

O Ministério da Educação pode até não concordar com o que pede a proposta, mas sabe que ela não é nenhum absurdo. Ocorre em modelos semelhantes em vários países.

Ao encerrar a cerimônia de abertura, o fórum teve seu início prático. A primeira conferência contou como expositor principal o economista e especialista em educação Cláudio de Moura Castro, também diretor das Faculdades Pitágoras, de Minas Gerais. Ele defendeu a idéia de que o ensino superior brasileiro precisa crescer ainda mais. Mesmo considerando os avanços obtidos com o aumento da oferta de vagas na educação superior nos últimos anos, ainda falta muito para universalizar o ensino a uma participação realmente maior da população brasileira.

Por isso mesmo, segundo o economista, a crise financeira enfrentada por muitas instituições de ensino superior não pode se perpetuar, pois comprometeria a formação de quadros essenciais para qualquer situação de crescimento do país. Ele sugeriu que o governo contraia empréstimos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com o objetivo de utilização dos recursos para a concessão de crédito educativo. Segundo o economista, "esse é um processo prático, fácil e totalmente indolor para o governo, com exceção do ponto de vista ideológico". Moura Castro sabe o que diz. Antes de se tornar presidente do conselho consultivo das Faculdades Pitágoras foi chefe da divisão de programas sociais do BID. Também já havia passado pelo Banco Mundial (BIRD) e até pela Capes.

Sua participação no oitavo Fnesp teve o mérito de fazer uma análise entre os modelos brasileiro, europeu, asiático e americano de ensino superior. Mas o articulista da revista *Veja* (outra atribuição do mesmo) foi além.

Também defendeu como substituição à atual tutela do MEC sobre o ensino superior particular que as IES privadas adotem sistemas próprios de controle da qualidade. Ou seja, ir além do Enade. Esse modelo teria controle externo transparente, e de avaliação dos alunos ao final dos cursos para comprovação dos resultados, como o "provão". "Esse processo, que poderá substituir a tutela do MEC sobre as IES privadas, é o modelo adotado atualmente na Espanha", disse.

Sobre o conceito de universidade privada, Cláudio de Moura Castro citou o utilizado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Segundo a organização, instituição particular não é definida pela origem dos recursos, mas pelo grau de controle a que é submetida. "Para a OCDE, particular é aquela instituição cujo controle não é feito pelo governo, independente da origem dos recursos." O modelo vigente no Brasil, em que as instituições particulares não recebem recursos diretamente do governo, é estritamente particular, porém com forte regulação do sistema público.

Segundo Moura Castro, os modelos variam de acordo com cada continente. "O modelo brasileiro se assemelha ao utilizado na Ásia, em especial no Japão, que curiosamente também passa por um processo de reforma universitária." Na maioria dos países desenvolvidos, em especial na Europa e nos EUA, o modelo predominante é de escolas particulares que possuem autonomia em sua gestão, mas que recebem recursos governamentais. De acordo com o educador, em países como o Reino Unido e a Holanda, 100% das instituições possuem esse perfil. Quando se trata de países em desenvolvimento, os sistemas ainda se dividem entre os dois modelos.

A exposição de Cláudio de Moura

"E extremamente necessário que o país faça reformas profundas que destravem a vida das pessoas e das empresas"

Hermes Figueiredo - presidente do Semesp

Castro contou com a participação dos mediadores Oriovisto Guimarães, presidente do Grupo Positivo, e José Lúcio Martins, da USP.

Para o empresário, não faltam vagas no ensino superior, o grande problema a ser resolvido é o de que "grande parte dos alunos não tem como pagar as mensalidades dos cursos". Também como sugestão para ajudar o desenvolvimento do setor, Guimarães sugeriu que o BNDES oferecesse financiamentos para a área de educação, assim como fornece hoje para a agricultura e a indústria.

José Lúcio Martins sintetizou sua participação na idéia de que "o desenvolvimento de modelos institucionais tem de valorizar as necessidades de avaliação do processo educativo em suas diferentes etapas".

Ainda sobre o primeiro dia do evento, após a conferência de Moura Castro, o oitavo Fnesp teve a oportunidade de conhecer boa parte do pensamento sobre educação da professora chilena Maria Teresa Lepeley, presidente do Global Institute for Quality Education, nos Estados Unidos. Maria Teresa ficou responsável pela retomada dos trabalhos.A segunda exposição do dia contou ainda com a participação da professora Elizabeth Guedes, da Laureate International Universities, e do professor do Ibmec-MG VanDick Silveira, como debatedores.

Para Maria Teresa, educação superior é um imperativo para o desenvolvimento sustentável, para a distribuição de renda mais justa e para o progresso social. "O governo não deve assumir o papel da qualidade de ensino. São ineficientes os recursos públicos aplicados nessas atividades de controle", declarou. Segundo a professora, em países da Europa e também nos Estados Unidos há órgãos independentes que analisam o ensino superior. O governo não dá conta."O controle feito pelos governos é um uso de recurso ineficiente. Vocês não devem só melhorar a qualidade, têm que melhorar o crescimento", completou Maria Teresa.

No mesmo acorde e harmonia com o que disse a professora vai o presidente do Semesp. "Queremos uma Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) da Educação. Um órgão independente e isento." Hermes Figueiredo detalha: "O MEC fala muito e age pouco. Muitas vezes não pune instituições ruins por influência de políticos".

De acordo com ele, além de São Paulo, outras associações de universidades privadas do país também apoiam a medida. Apenas o Semesp congrega 456 instituições. Representando o presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE), Edson Oliveira Nunes, Antônio Carlos Caruso Ronca (também do CNE) disse que não há motivos para tirar o trabalho da tutela do governo federal. "Não vejo o porquê. A Constituição Federal diz que é papel do Estado regulamentar e avaliar a qualidade dos cursos", afirmou Ronca, que também participou do fórum.

Após o pronunciamento da professora Teresa Lepeley, o primeiro debatedor a se manifestar foi o diretor do Ibmec-MG, professor VanDick Silveira. Segundo ele, a questão da qualidade no ensino superior privado deve ser avaliada como um diferencial de produtos e serviços. "A qualidade que pode ser calculada é a relativa. O Ibmec, por exemplo, foi aberto para atender a um público específico que pode pagar e exigir

Antonio Ronca (esquerda) ao ouvir críticas de Arthur Roquete sobre o modelo de avaliação atual

Hermes Figueiredo: "O MEC fala muito e age pouco. Muitas vezes não pune IES ruins por influência de políticos"

qualidade", disse. Uma avaliação única e massifícada pode passar ao largo das necessidades mais restritas.

"Qualidade é aquilo que todo mundo do segmento fala, mas, na verdade, poucos praticam", sintetizou o presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior (Abmes), Gabriel Mário Rodrigues, o mediador da exposição.

A professora Elizabeth Guedes jogou o foco na função social. Disse que o mais importante para a instituição de ensino, de fato, é que o estudante (cliente) encontre um emprego. "A qualidade é uma necessidade de mercado porque, se não melhorarmos o nosso serviço, a concorrência tira todos os nossos alunos."

Elizabeth Guedes dirige a Anhembi Morumbi, de SP, a primeira universidade brasileira a receber investimento externo. Para ela, a missão das instituições privadas é entregar, ao final do curso, o mesmo engenheiro que as universidades públicas destinam ao mercado. "Nossos alunos são aqueles que não entraram na pública. Assim, as escolas privadas estão fazendo mais, pois o desenvolvimento dos ingressantes e dos nossos concluintes tem sido maior do que o das públicas."

Os debatedores concordam sobre os resultados do modelo de controle a que o governo submete o ensino superior. "Os índices do governo têm um foco esotérico e acadêmico. Eles são frutos das necessidades de um grupo de doutores, um sindicato de doutores que querem medir a qualidade pelos paradigmas deles", falou o professor VanDick Silveira.

Elizabeth completa e diz que o mercado já aprendeu a fazer a sua avaliação de qualidade. "Não adianta eu dizer que sou boa, se eu não sou. Uma hora alguém descobre que aquilo é apenas um outdoor. Além disso, a pessoa pode olhar o anúncio e gostar da mulher que aparece, mas se a instituição não agradar ele não vai estudar lá", comentou sobre a auto-regulação de qualidade que o mercado impõe. "Se o país não crescer, quem vai pagar a nossa mensalidade?", perguntou ao encerrar sua participação no fórum.

Oriovisto Guimarães entre o vice-presidente do Semesp, Érico Bacellar (esquerda), e o professor da USP José Lúcio Martins

Coube aos Demônios da Garoa coroar com música a programação do primeiro dia do evento. No segundo e último dia do Fnesp, logo cedo, às 9h da sexta-feira, 20 de novembro, o fórum retomou o programado com a exposição do professor português Alberto Manuel Sampaio Castro Amaral, do Centro de Investigação de Políticas para o Ensino Superior da Universidade do Porto, em Portugal.

Já no início, falando sobre o Brasil, o professor Sampaio afirmou que a maioria dos alunos do ensino superior é proveniente das classes mais privilegiadas, e este fato não foi alterado pela grande expansão do sistema, "impropriamente chamada 'democratização' do ensino superior" .

A conferência circulou o tema "Universalização e Financiamento da Educação Superior: os Desafios das Políticas de Inclusão Social e das Ações Afirmativas". Alberto Sampaio disse que a probabilidade de um jovem ingressar no ensino superior está diretamente ligada ao nível cultural e socioeconômico da sua família. "Ela é dez vezes maior para os jovens de famílias de classe média e alta."

Para o professor, embora não se possa tirar o mérito de ações como o ProUni

"Qualidade é exatamente aquilo que todo mundo do segmento fala, mas, que na verdade, poucos são os que praticam"

Gabriel Mário Rodrigues - presidente da Abmes

e o Fies, elas ainda não são suficientes para permitir que as camadas de 'nível mais baixo da sociedade brasileira tenham acesso ao ensino superior. "Eu gostaria que vocês analisassem essa questão com mais cautela", sugeriu.

"É preciso ter em conta que nem todos os métodos serão eficazes para esse objetivo, devido à extrema complexidade dos processos de decisão por parte dos alunos em relação à escolha de investir na sua formação de nível superior, bem como nas escolhas do curso e da instituição."

Dedicou-se também a citar um outro importante desafio: a questão de quem paga os custos da educação. "O ensino superior tem um custo e alguém tem de suportá-lo" disse. Segundo ele, "os custos devem ser repartidos por três fontes principais: os contribuintes, uma vez que o ensino superior é estratégico para o desenvolvimento econômico do país; os pais, que têm responsabilidades na formação dos seus descendentes; e os alunos, uma vez que o ensino superior é um investimento proveitoso, permitindo dividendos econômicos acima dos fornecidos por outros investimentos de longo prazo".

"Essa questão da inclusão e do financiamento é a encruzilhada em que está o sistema privado brasileiro hoje. Quando há uma expansão brutal, não necessariamente há inclusão e igualdade de oportunidades para todos", comentou Valdir Lanza, mediador da exposição e vice-presidente do Semesp.

Bastante aplaudida, a exposição do professor Sampaio contou com a participação dos debatedores Sérgio Fiúza de Mello, vice-reitor do Centro Universitário do Pará, e Nina Ranieri, professora de Direito do Estado da Universidade de São Paulo.

Sobre a complexidade dos programas que promovem a inclusão social, Fiúza fez um alerta: "Essa aversão à perda é um problema que deve ser levado em conta também no Brasil. É preciso que, de forma não-apressada, não dediquemos ao Fies a carga de que ele vai resolver a questão", acrescentou Fiúza. A confirmação disso, segundo citou, é que dos 400 mil contratos assinados do Fies, apenas 11 mil foram quitados.

Fiúza também defendeu o uso das pesquisas como ferramenta crucial para o planejamento e a tomada de decisões com respeito às políticas públicas de inclusão social a serem adotadas no Brasil.

A professora Nina Ranieri entende também que os programas de financiamento devem exigir uma contrapartida do estudante. "A gratuidade prevista para as escolas públicas não é absoluta. Não existem direitos absolutos. O Estado não deve e não dá conta de ser responsável por tudo. Esta contrapartida pode vir, por exemplo, por meio de serviços de extensão, mas o financiamento não pode ser visto como um presente", disse.

Ela ainda pontuou sua participação numa série de questionamentos e críticas sobre a constitucionalidade dos modelos de avaliação aplicados pelo MEC. Para a professora, órgãos como a Capes/MEC não possuem garantias constitucionais para executar as avaliações da forma que fazem. Citou a fragilidade dos procedimentos enfrentados pelas escolas. Como as dificuldades das instituições de ensino na implantação e execução de seus projetos educativos.

Substituindo o presidente do Conselho Nacional de Educação, órgão do MEC, o também conselheiro do CNE Antônio Carlos Ronca ficou com a missão de olhar para o próprio umbigo ao discorrer sob o tema "Avaliação, Regulação e Acompanhamento: Há Competência Técnica, Isenção e Equidade na Atuação do MEC?".

O presidente da Câmara de Ensino Superior do CNE preferiu ler um pronunciamento. Ele reconheceu que a questão técnica é um problema de toda a estrutura federal. "Não existe competência técnica suficiente na ação do MEC e na da maioria dos ministérios. Isso porque o setor técnico brasileiro vem sendo dizimado paulatinamente", disse.

Ronca admitiu que o tema da exposição é complexo o suficiente para dificilmente ser respondido de forma rápida. De acordo com o conselheiro, o mesmo setor privado que cobra posições do governo não tem se mostrado preparado para responder às questões que propõe. Ronca ainda refletiu: "O setor privado está mais bem preparado que o governo para responder às mesmas questões? Pensamos que não. Mais urgente é que o próprio setor construa suas respostas. E não me parece que vamos chegar a elas pensando no que o governo acha de nós", disse. "Nenhuma resposta será dada pelo governo. As respostas, bem como as perguntas, estão conosco", completou.

Convidado como debatedor, Arthur Roquete de Macedo, presidente do Qualitas Institute, concordou que o setor privado precise, sim, discutir os grandes temas, mas também disse que o atual sistema de avaliação exige respostas urgentes e práticas. Principalmente sobre as equipes de avaliadores. " Dependendo da comissão, você vai ter resultados distintos ", disse.

Ainda segundo Roquete, atualmente, as comissões de avaliação dás IES são recrutadas entre funcionários e docentes de universidades federais. "O fato de o MEC ser, ao mesmo tempo, mantenedor e avaliador dessas instituições quebraria o princípio de isenção do ministério", questionou.

"Esses problemas levaram a um processo que não pode ser classificado como equânime, isento e, muito menos, racional", apontou. Por fim, deixou claro o que deseja boa parte do segmento particular: "Precisamos ter uma nova avaliação que respeite esses quesitos e que dê tempo às instituições para implantar as mudanças apontadas pelos resultados. Hoje, nem o próprio MEC tem tempo de cobrar as alterações." *(veja a matéria* "Morosidade Crônica", *nesta mesma edição)*

Também debatedor na exposição Antônio Ronca, José Martins Filho, da Universidade de Cruzeiro do Sul (Unicsul), disse que um modelo ideal de avaliação deve conhecer em profundidade os resultados institucionais. Assim como que se dê o tempo necessário para que sejam providenciadas as correções de rumos sugeridas pelas avaliações.

O Semesp, no entanto, defende que o Ministério continue fazendo as avaliações como forma de autorizar e regulamentar ou não cursos superiores em funcionamento. A assessoria de imprensa do MEC, no entanto, disse que não iria comentar a proposta da agência reguladora porque ela ainda não foi oficialmente enviada para o ministério. Sobre as críticas feitas ao modelo de avaliação do órgão, a assessoria disse que o órgão não iria se pronunciar, pois trata-se de opinião das entidades.

O fórum contou também com a conferência magna de Guy Neave, da Universidade de Twente (Holanda), que teve como tema "O Estado e a Educação Superior: Modelos Estruturais e a Dinâmica das Relações entre o Estado e os Sistemas Educacionais Público e Privado".

Guy Neave defendeu a tese de que o Estado Avaliador acaba sendo muito poderoso, precisamente porque a sua função é verificar a adoção de políticas e o compromisso das instituições, sejam elas públicas ou privadas. Usou como exemplo as mudanças na relação entre o ensino superior e o governo ocorridas na Europa Ocidental e Oriental após período de privatizações no continente.

Neave foi bem preciso ao dizer que tanto na Europa moderna quanto na antiga, resguardadas as diferenças de caso, o Estado Avaliador se configura num poderoso construtor de políticas. O poder se torna considerável, uma vez que ele acaba assumindo o papel de analisador das produções institucionais atuando diretamente na reputação das instituições. Sobre a Europa, um dos elementos da política pública que andou em sintonia com a ascensão da do Estado Avaliador foi a expansão do âmbito da autonomia institucional. As reflexões do professor Neave nitidamente fazem parte da realidade a ser enfrentada no Brasil.

Amplamente sintonizada com as urgências e desafios atuais da educação brasileira, a edição do oitavo Fnesp conseguiu cumprir os objetivos apontados pelo presidente Hermes Figueiredo: "Discutimos o ensino superior no Brasil e, especificamente, ensino superior privado em suas múltiplas facetas, quer no seu relacionamento com a sociedade, com as autoridades e com o MEC". Figueiredo destacou que o fórum surgiu com a idéia de se tornar um ambiente de discussão entre mantenedores, professores, reitores e autoridades.

O fórum foi realizado em meio ao segundo turno das eleições presidenciais. Lula e Geraldo Alckmin enviaram seus representantes. Defendendo o lado tucano, a professora Maria Helena Guimarães Castro falou da necessidade de ampliação do ensino técnico-tecnológico, e de também reafirmar a autonomia universitária. Pelo lado petista, o secretário de Educação a Distância do MEC, Ronaldo Mota, preferiu ressaltar os avanços e conquistas do atual governo, citando dados do ProUni, Fies, abertura de novos campi e extensões universitárias das federais, por exemplo. No entanto, após a divulgação de seu "sumário executivo", o oitavo Fnesp concluiu que, "ambos os representantes não apresentaram propostas concretas coordenadas e concebidas para a educação brasileira nos próximos anos". •

"Não adianta eu dizer que sou boa, se eu não sou. Uma hora alguém descobre que aquilo é apenas um outdoor"

Elizabeth Guedes - da Universidade Anhembi Morumbi

Fonte: Ensino Superior, ano 9, n. 98, p. 22-30, nov. 2006.